

Portugal na Ibéria?

por Mário Soares

Há pouco mais de quatro séculos que Espanha e Portugal são os dois únicos Estados da Península Ibérica, com histórias paralelas mas, frequentemente, com desígnios e alianças contraditórios. Mas talvez mais do que cinco nações, com línguas, tradições e culturas diversas: Castela, Portugal, País Basco, Catalunha, Galiza e porventura ainda outras em gestação. Espanha é uma criação plural (um Estado de várias nações) do final do século XV. Em 1469, com o casamento dos Reis Católicos, Isabel e Fernando, reunificaram os seus respectivos Estados, Castela e Aragão, formaram a Espanha e, depois, com a conquista do Reino de Granada, em 1492, expulsaram os muçulmanos da Península e também (por razões diferentes) os judeus.

Portugal, como Estado independente, é três séculos anterior (1140). Afonso Henriques, separou-se do Reino de Leão e, depois da conquista de Lisboa aos mouros, com a ajuda dos cruzados, foi reconhecido como Rei pelo Papa Alexandre III (1179).

No final do século XVI (1580), depois de morto (ou desaparecido) o Rei D. Sebastião, sem descendentes, na batalha de Alcácer-Quibir, Felipe II de Espanha, um rei prudente, taciturno e persistente, assumiu-se como Rei de Portugal. Porque, como costumava dizer: o “herdou, conquistou e comprou”. Realmente, assim foi. Estabeleceu uma União Pessoal entre os dois Reinos. Mas Portugal veio a perder, de facto, a independência nos anos seguintes, durante sessenta anos. Recuperou-a, em 1640, porque a Espanha, de Felipe IV, a braços com a guerra na Catalunha, do outro lado da Península, não teve força militar suficiente para impor a sua vontade nas duas frentes peninsulares. Portugal aproveitou bem a conjuntura favorável.

Vem isto a propósito de uma entrevista dada a um jornal português, por José Saramago, prémio Nobel da Literatura, há umas semanas, que provocou alguma celeuma tanto em Portugal como em Espanha. Entre outras afirmações, disse Saramago: “Não vale a pena armar-me em profeta, mas acho que acabaremos por integrar-nos” (entenda-se Portugal e Espanha). Mais adiante: “Não iremos ser governados por espanhóis (...) seríamos o que os catalães querem ser e estão a ser na Catalunha”. E ainda: “Provavelmente (Espanha) teria de mudar de nome e passar a chamar-se Ibéria”. A entrevista, em si mesma não tem nada de condenável ou que pudesse escandalizar. Mas suscitou algumas polémicas – e confusões – sobretudo em mentes nacionalistas portuguesas, sensíveis ainda à perda do império – e à descolonização inevitável – trinta anos após ter ocorrido. Terão ainda na memória o slogan: “a Pátria do Minho a Timor”, una e idêntica, proclamada com total insensatez e alguma ignorância, por Salazar, nos idos de cinquenta e sessenta do século passado.

A verdade é que o pensamento iberista (o reconhecimento da unidade na diversidade) não nasceu hoje. Há um veio no pensamento português que vem de longe e, desde logo, do século XIX (com Antero e Oliveira Martins), no XX, com Miguel Torga, Natália Correia e o historiador Oliveira Marques e tem sido mais ou menos forte, consoante as conjunturas, político-económicas e internacionais, têm evoluído, nos dois Estados Ibéricos e no conjunto da Península. Paradoxalmente, não se fortaleceu durante as ditaduras de Franco e Salazar, porque os dois ditadores ibéricos, unidos pela ideologia fascista, nunca conseguiram ter boas relações entre si e desconfiavam, tremendamente, um do outro...

Os tempos mudaram. Espanha e Portugal são duas democracias consolidadas, integradas há vinte e dois anos na CEE e, desde 1992, na União Europeia. A internacionalização das nossas respectivas economias levou, naturalmente, à integração em curso das economias peninsulares. O que não me aflige nada. Hoje, mais do que nunca, o capital não tem Pátria, como dizia Marx. A integração económica é um processo a que todos os Estados Europeus estão sujeitos. A única alternativa possível a essa tendência seria voltarmos ao “orgulhosamente sós” de Salazar, responsável principal do atraso em que nos encontramos ainda hoje em relação aos países mais ricos da Europa.

A integração política é outra coisa. Estamos a fazê-la, em termos europeus, a ritmo lento, com as cedências necessárias no plano da nossa soberania. Só não vamos mais longe – como seria vantajoso para todos - porque a União parece não ser capaz de desatar o nó górdio que lhe tem sido imposto, principalmente pelo Reino Unido.

Portugal é um país com uma forte identidade cultural e linguística – membro, desde há dez anos, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Brasil a Timor, passando pelos países africanos de expressão portuguesa – e com uma coesão nacional sólida, que foi posta à prova quando foi feita a descolonização e Portugal teve que receber, in extremis, cerca de um milhão de “retornados” vindos ao desamparo das ex-colónias e foi capaz de os integrar rapidamente, no todo nacional, sem problemas de maior.

A integração política peninsular, do ponto de vista português, não está à vista, nem sequer é desejável, para ambos os lados. “Somos todos hispanos”, título de um livro muito interessante da saudosa poetisa Natália Correia. É incontestável. Somos atlânticos, mediterrâneos e peninsulares, com interesses comuns, fortes laços culturais e objectivos convergentes na União Europeia e na América Latina e noutras áreas. Por isso, no estado actual do Mundo, a nossa independência é – e dever ser – um factor de unidade, maior do que de separação. Como o reconhecimento das identidades hispânicas é um factor de unidade, para Espanha, muito mais sólido do que a afirmação do centralismo madrileno.

Tudo evolui, com talvez excessiva rapidez, no mundo globalizado dos nossos dias. Os conceitos, as verdades, as próprias identidades. Em tempos como nosso, nada une mais os Povos – e as pessoas – do que as convergências estratégicas, a solidariedade e a liberdade.

Mário Soares

Vau, 30 de Julho de 2007